

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Iníreu Marinho

Valor

é uma publicação do Grupo Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghbi-Rachor

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Principais editores do Grupo Globo: <http://globo.net.br>

Piora em ranking de corrupção prejudica a imagem do Brasil

O Brasil sofreu novo revés na avaliação internacional em seu compromisso de enfrentar a corrupção. O retrocesso torna mais distante a promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de promover a entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para facilitar os negócios internacionais, e põe em xeque a afirmação do presidente Jair Bolsonaro de que não há corrupção em seu governo.

Relatório global sobre medidas de combate à corrupção produzido pela organização sem fins lucrativos Transparência Internacional rebaixou o Brasil. A análise avalia se o país cumpre os requisitos da Convenção Antissuborno da OCDE, que busca evitar que empresas de um país paguem propina quando operam internacionalmente. O cumprimento da convenção é um dos requisitos para a entrada nesse seleto clube da OCDE.

O Brasil aderiu à convenção há 20 anos, e vinha melhorando seus indicadores desde a segunda metade da década passada. Em 2018, subiu para a classificação "moderada". Mas o progresso foi interrompido por diversas medidas do governo de Bolsonaro que deixaram a comunidade internacional desconfiada. Neste ano acabou caindo para "limitado", com a piora na percepção internacional a respeito do país. A mesma classificação é atribuída a países vizinhos como Argentina, Chile e Peru.

A Transparência Internacional justificou que o governo de Jair Bolsonaro enfraqueceu os órgãos de controle, interferindo no seu trabalho. Entre as ações de Bolsonaro citadas estão a troca por quatro vezes do diretor-geral da Polícia Federal; a interferência, dentro do Ministério da Justiça, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRAI) no caso da ordem de extradição do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O alinhamento do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao governo Bolsonaro também teve consequências, dada sua propensão a abortir investigações e inquéritos relacionados ao Executivo. O relatório menciona igualmente a extinção das forças-tarefa dentro do Ministério Público

Federal, promovida por Aras, sem a substituição por um modelo adequado ou o aperfeiçoamento do existente. Investigadores que atuaram em grandes casos de corrupção, como o da Lava Jato, foram punidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o que enfraqueceu a independência dos órgãos de controle. O Supremo Tribunal Federal (STF) foi considerado parcialmente culpado por ter decidido enviar parte dos casos de corrupção para a Justiça Eleitoral, o que resultou na lentidão das apurações e na anulação de provas.

Antes do rebaixamento no cumprimento da convenção, o Brasil já havia caído no ranking mundial de percepção de corrupção referente a 2021, divulgado no início deste ano pela Transparência Internacional. O país passou a ocupar o 96º lugar, a terceira pior posição em sua série histórica, iniciada em 2012. A melhor pontuação alcançada pelo país foi nos anos de 2012 e 2014, com 43 pontos, quando ocupou o 69º lugar. Agora, o Brasil ficou abaixo da média global, que é de 43 pontos, e da média regional da América Latina e Caribe, de 41 pontos.

As próximas avaliações podem ainda piorar dado que devem levar em conta iniciativas do governo como o orçamento secreto e o sigilo de 100 anos para situações suspeitas como as visitas dos pastores envolvidos no esquema de liberação de recursos do Fundo Nacional de Educação (FNE). O orçamento secreto já foi alvo de documento da Transparência Internacional que o incluiu entre "marcos legais e institucionais" do Executivo, do Legislativo e do Judiciário danosos ao combate à corrupção no Brasil.

Não se trata de uma competição apenas por uma boa colocação em mais um índice global. O índice de percepção da corrupção indica quando há espaço para violações dos direitos humanos e das liberdades individuais. E tem consequências também na economia dado que grandes players do mercado internacional como a União Europeia, Estados Unidos e membros da OCDE evitam aprofundar o relacionamento com países com uma classificação ruim. A OCDE, por exemplo, e países da União Europeia têm estabelecido crescentes exigências de seus parceiros comerciais não apenas em relação a desmatamento e redução das emissões de carbono, mas também de combate à corrupção.



Negacionistas creem que indígenas são entraves ao desenvolvimento. Por **Rodrigo Junqueira e Deborah Lima**

É hora de retribuir os povos que cuidam das florestas

A natureza é a base para a existência das sociedades humanas. Não há sociedades humanas se não houver clima adequado, solos férteis, oceanos limpos e assim por diante.

A economia hegemônica, porém, foi moldada no colonialismo e em uma guerra contra a natureza. Desde a revolução científica, no século XVII, parte da humanidade busca a qualquer custo tornar-se mestre e senhora da natureza da qual fundamentalmente depende para sobreviver.

Chegamos a um ponto de inflexão em que as ruínas dessa guerra se transformaram em terra arrasada por um governo negacionista que levou ao limite a ideia de que áreas protegidas e os povos que vivem nelas — indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais — são entraves para o desenvolvimento econômico do país.

pela proteção de um terço das florestas no Brasil. Nos últimos 35 anos, somente as Terras Indígenas protegem 20% do total de florestas nacionais.

Os estudos de arqueologia e ecologia da paisagem mostram que os manejos da paisagem, baseados nos modos de vida e na cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais, foram essenciais para a formação de ambientes de diferentes biomas brasileiros, inclusive a Amazônia.

Esse manejo da paisagem fundamenta os Sistemas Agrícolas Tradicionais, que têm transformado floresta em floresta por milênios, garantindo a reprodução dos ecossistemas. São práticas tradicionais de plantio, coleta e extrativismo que, no geral, mantêm as paisagens com baixíssimo impacto ambiental, especialmente quando comparado a outros modos, como as monoculturas.

socioambientais são atividades/práticas individuais ou coletivas associadas aos modos de vida, conhecimento, cultura e manejo da paisagem de povos indígenas e comunidades tradicionais em seus territórios, que favorecem a reprodução, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, e que atualizam e produzem a diversidade cultural.

O reconhecimento dessas contribuições e serviços por políticas públicas adequadas é fundamental para fortalecer as economias da sociobiodiversidade e conter o avanço do modelo econômico hegemônico sobre os territórios tradicionais, criando mecanismos de promoção dos modos de vida locais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) são exemplos de políticas públicas que, mesmo com recursos escassos, possibilitam criar ciclos positivos.

Há economias que, praticadas há milênios, para além do resultado monetário, cuidam das pessoas e da natureza

VALOR DIVISTE
Esther Canto
diviste@valor.com.br

COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA
Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

EDITOR INTERNACIONAL
Editor
Fernando Rodrigues
fernandorodrigues@valor.com.br

Apesar de tudo, avançamos em experiências práticas na relação entre esses povos e os mercados (públicos, privados, nacionais, internacionais), contribuindo para fortalecer uma nova economia que não pode ser comparada a monoculturas subsidiadas, atividades predatórias e ilegais e produtos sintéticos.

Essa economia é uma contribuição para um futuro sustentável e já faz parte do dia a dia de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em seus territórios. Já é economia circular. Bioeconomia. Agroecologia, agrológica. Economia regenerativa. Já tem bioeconomia. Há séculos.

Trata-se de um modelo inovador, praticado há milênios. Economias que, para além do resultado monetário, cuidam ao mesmo tempo das pessoas e da natureza. Há a partir desse modelo um enorme potencial a ser desenvolvido, além da capacidade didática de transformar o futuro ao colocar em primeiro lugar as pessoas, a vida e a diversidade. Por isso, chamamos de economias da sociobiodiversidade.

Fortalecer, reconhecer e avaliar as economias da sociobiodiversidade, porém, passa por uma importante transformação no entendimento de que essas populações e seus territórios são produtores de conhecimento, contribuições e serviços fundamentais para a vida no planeta. Estudo publicado pelo ISA mostrou que esses povos e suas economias são responsáveis, juntos,

com o avanço do modelo econômico hegemônico sobre os territórios tradicionais, criando mecanismos de promoção dos modos de vida locais.

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) são exemplos de políticas públicas que, mesmo com recursos escassos, possibilitam criar ciclos positivos.

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) são exemplos de políticas públicas que, mesmo com recursos escassos, possibilitam criar ciclos positivos.

Editor executivo
José Roberto Marinho
jrm@valor.com.br

Editor executivo
Catherine Vitor
catherine.vitor@valor.com.br

Editor de Brasil
Sergio Lameiro
sergiolameiro@valor.com.br

Editor de Política
Gustavo Faria
gustavofaria@valor.com.br

Editor de Economia e Tecnologia
Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

Editor de Indústria e Infraestrutura
Sara Ribeiro
sara.ribeiro@valor.com.br

Editor de Meio Ambiente
Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

Editor de Opinião
Frederic Zoghbi-Rachor
fzoghbi@valor.com.br

Editor de Esportes
Rafaela Lopes
rafaelalopes@valor.com.br

Editor de Finanças
Tatiana Martins
tatianamartins@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Nery
nelsonnery@valor.com.br

Editor de Carreiras
Sofia Cortez
sofia.cortez@valor.com.br

Editor de Cultura
Rafaela Lopes
rafaelalopes@valor.com.br

Editor de Legislação e Tributos
Arthur Cesar Rosa
arthur@valor.com.br

Editor de Arte/Fotografia
Sara Botelho Neto
sara.botelho@valor.com.br

Editor Valor Online
Paulo César
paulo@valor.com.br

Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta@valor.com.br

Coordenador Valor Data
William Ribeiro
william@valor.com.br

Editora de Projetos Especiais
Cátia Romarim
catia@valor.com.br

Correspondentes internacionais
Ana Maria Geisler
amg@valor.com.br

Correspondentes nacionais
Cátia Romarim
catia@valor.com.br

Marina Falcão (Rio de Janeiro)
marina.falcão@valor.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Luciana Pinheiro
luciana.pinheiro@valor.com.br

Editor de Informação Humberto Sacramento
humberto@valor.com.br

Editor de Negócios Digitais Luciana Pinheiro
luciana.pinheiro@valor.com.br

Editor de Meio Ambiente Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

Editor de Opinião Frederic Zoghbi-Rachor
fzoghbi@valor.com.br

Editor de Esportes Rafaela Lopes
rafaelalopes@valor.com.br

Editor de Finanças Tatiana Martins
tatianamartins@valor.com.br

Editor de S.A. Nelson Nery
nelsonnery@valor.com.br

Editor de Carreiras Sofia Cortez
sofia.cortez@valor.com.br

Editor de Cultura Rafaela Lopes
rafaelalopes@valor.com.br

Editor de Legislação e Tributos Arthur Cesar Rosa
arthur@valor.com.br

Editor de Arte/Fotografia Sara Botelho Neto
sara.botelho@valor.com.br

Editor Valor Online Paulo César
paulo@valor.com.br

Editora Valor PRO Roberta Costa
roberta@valor.com.br

Coordenador Valor Data William Ribeiro
william@valor.com.br

Editora de Projetos Especiais Cátia Romarim
catia@valor.com.br

Editor executivo José Roberto Marinho
jrm@valor.com.br

Editor executivo Catherine Vitor
catherine.vitor@valor.com.br

Editor de Brasil Sergio Lameiro
sergiolameiro@valor.com.br

Editor de Política Gustavo Faria
gustavofaria@valor.com.br

Editor de Economia e Tecnologia Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

Editor de Indústria e Infraestrutura Sara Ribeiro
sara.ribeiro@valor.com.br

Editor de Meio Ambiente Cristiano Bentes
colunas@valor.com.br

Editor de Opinião Frederic Zoghbi-Rachor
fzoghbi@valor.com.br

Editor de Esportes Rafaela Lopes
rafaelalopes@valor.com.br

Editor PRO / Diretor de Negócios Digitais Luciana Pinheiro
luciana.pinheiro@valor.com.br

Para assinar a revista em tempo real Valor PRO, ligue para o número de atendimento 0800-0011212

Filial do IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e a ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP - Telefone 0 11 3767 2000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 11 3767 3995. RJ 0 21 3521 1434. DF 0 61 61 3777 3333

Legal SP 0 11 3767 1323

Redação 0 11 3767 2000. Endereço eletrônico: valor@valor.com.br

Sucursal de Brasília SCS Quadra OS Bloco A-30 - Brásilia Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Paraná, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

MG-ES - RJ - SP - SC - Tocantins
S&P Propaganda
Tel./Fax: (51) 3264-0444 / 3264-0444

PA - PE - SE - Sergipe
Construção e Imagem
Construção e Imagem
Tel/Fax: (71) 3229-3137

RS - RN
NFM Representação
Tel/Fax: (51) 3229-3137 / 3229-3137

SC - Mato Grosso e Rondônia
Anúncios
Tel/Fax: (61) 3313-6113 / 3313-6113

Para contratação de assinaturas e subscrição ao assessor, entre em contato pelo e-mail:
Cof. editor: 0800 7018888. whf@valor.com.br. (21) 4002 5300. Perfil do assinante: perfildoassinante@valor.com.br

Para assinaturas corporativas e e-mail: corporativo@valor.com.br

Atenção: o assinante que quiser a subscrição da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido centralizado de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de revenda assinada assessor impresso + digital para os regiões Sul e Sudeste: R\$ 140,00 no R\$ 134,90 mensal.
Serviço de distribuição: consulte o Distribuidor no Assessor. Tel: 0800 7018888. Carga gratuita assinada: 30%.
© 2022 GLOBO. Todos os direitos reservados.

